

**O GOLPE DE 1964:
TESTEMUNHO DE UMA GERAÇÃO¹**

À memória de Norberto Nebring

Depois do fato consumado parece inútil perguntar como seria o Brasil de hoje sem o golpe de 1964. Mas, em compensação, é possível avaliar as consequências do golpe militar que iniciou um

¹ Este texto utiliza dados pesquisados e coletado pelo projeto *Documentos e Memórias da Repressão Militar e da Resistência Política – Brasil: 1964-1982*, que coordenei, com a inestimável colaboração de vários alunos e pesquisadores, especialmente Mário Augusto Medeiros da Silva e Alessandra Bagatim. A realização do projeto tonou-se possível graças ao decisivo apoio do CNPq.

dos períodos mais sinistros da história brasileira. Na verdade, golpes de estado não eram novidade nem na história do Brasil nem da América Latina. Naquele momento, o Brasil encontrava-se numa encruzilhada, da qual a crise econômica era a expressão mais visível das profundas contradições da nossa sociedade, dadas as diferenças de direitos e de renda entre as classes sociais, bem como as disparidades regionais. A solução dos problemas sociais e regionais seriam as famosas “reformas de base” apregoadas pelos intelectuais da CEPAL e pelo ministro de economia, Celso Furtado.

Isto numa conjuntura em que o país se “modernizava”, ou seja, entrava em contato com outros valores e costumes, principalmente por meio do cinema e da imprensa especializada: o pós II Guerra Mundial introduziu o consumo de massas e a idealização dos Estados Unidos. Os quadrinhos de Walt Disney chegaram ao país no começo dos anos 50 e a inovadora revista *Claudia*, da Editora Abril, surgiu em 1961. Toda uma geração urbana foi educada indo ao cinema ver musicais, *westerns* e filmes de guerra que transmitiam os valores e o *american way of life*. O velho modelo da rigidez católica ibérica começou a ruir para as classes médias e altas.

Na década dos anos 60 observou-se um fenômeno novo: o aparecimento, em várias partes do mundo ocidental, de uma juventude extremamente politizada e militante. Em sua maioria, estudantes secundaristas e universitários. Eles foram os novos atores coletivos dos anos 60 e as principais vítimas da repressão político-militar. Pois se as instituições democráticas permitiram um relativo compromisso com as reivindicações juvenis, a presença na América Latina de ditaduras militares levou à radicalização do movimento estudantil e sua intensa participação na resistência armada. Na Argentina, cerca de setenta por cento dos quase 30 mil desaparecidos políticos tinham entre 16-30 anos. No Brasil, encontramos uma proporção semelhante, como veremos em seguida. Uma outra característica nova – compartilhada por todos os países da América

Latina – é a presença feminina na vida política, especialmente no movimento estudantil e na luta armada dos anos 70.

1 – Os anos 60

Entre os anos 60/70, o tipo de organização que Immanuel Wallenstein (2003, p. 179-84) denominou de “nova esquerda” tinha uma forte representação entre os estudantes, que constituíam uma força política importante. Por isso é que, nessa época, ditaduras do mundo todo adotaram como uma de suas medidas iniciais invadir universidades, colocar na clandestinidade as centrais estudantis e prender professores e alunos. Isso quando não foram massacrados, como aconteceu no México² e na Indonésia.

No Brasil, a juventude de esquerda também desempenhou um papel preponderante na crítica ao imobilismo dos partidos comunistas oficiais.³ Nos anos 1960, a falta de liberdade política nos países socialistas e outras degenerescências já eram rechaçadas por muitos jovens, homens e mulheres, que aderiram à luta armada,

² Em julho de 2004 o ex-presidente Luis Echeverría (1970-6) foi indiciado pela acusação de genocídio ao autorizar o assassinato de estudantes em protesto ocorrido em 10 de junho de 1971, na Cidade de México (FSP, 24/07/2004, A11).

³ No Brasil, as correntes políticas de direita e esquerda desenvolveram-se no interior da universidade pública brasileira, importante formadora da elite intelectual e profissional, que constituiu um monopólio quase completo do ensino universitário até os anos 70. A Universidade Católica, por sua vez, detinha a hegemonia entre as privadas. A luta entre direita e esquerda sempre foi muito forte nas faculdades de Direito, que constituíam uma espécie de escola formadora dos políticos paulistas e brasileiros. A esquerda, por sua vez, dividia-se grosso modo entre católicos e comunistas, que se enfrentavam especialmente na luta pela hegemonia das grandes centrais universitárias :as uniões estaduais e a união nacional dos estudantes.

precisamente egressos dos partidos de esquerda oficiais. A vitória das teses guevaristas, no seio dos partidos comunistas tradicionais, partiu de um compromisso político entre militantes comunistas e trotskistas e o movimento estudantil, que foi se radicalizando no decorrer dos anos.⁴

Por outro lado, se observarmos a cronologia dos acontecimentos que levaram ao confronto armado, fica claro que a resistência política nos anos 1965 a 1968 deslocou-se principalmente para a esfera intelectual e artística. Em artigo que discute a introdução das obras de Lukács no Brasil, Celso Frederico argumenta que o fechamento da participação política institucional após o golpe de 64 tornou a esfera cultural um espaço de resistência à ditadura. Diz ele:

A efervescência artística do pré-64, expressa no cinema novo, na bossa nova, nos Centros Populares de Cultura, desdobrou-se, após o golpe, num amplo movimento de resistência cultural contra os novos governantes, a censura e o chamado “terrorismo cultural”. A contestação inicial do regime foi feita basicamente pela *intelligentzia* radicalizada, num momento dramático em que donos do poder não ousavam estender a repressão para as classes médias intelectualizadas. É este o contexto de onde surgirá um aguerrido movimento estudantil que, a partir de 1966, ocupou as ruas das principais cidades do país, desafiando a ditadura (FREDERICO, 1995, p. 188).

2 – A morte dos sonhos de uma geração

Para muitos de minha geração, o golpe militar de 1964 foi uma grande tragédia política, com dolorosas consequências em

⁴ A Ação Libertadora Nacional, que uniu os comunistas “históricos” Carlos Marighela e Joaquim Câmara Arruda com jovens universitários uspianos é o melhor exemplo desse encontro entre militância política da “velha esquerda” e os egressos do movimento estudantil, além de muitos intelectuais e artísticas..

nossas vidas pessoais. O primeiro sinal veio pelas rádios que, uma vez tomadas, passaram a reproduzir as declarações “revolucionárias”, com seu corolário de ameaças e cassações, concretizando o fato de que os militares tinham tomado o poder. Quando o então governador Ademar de Barros, posteriormente cassado por corrupção, ameaçava “caçar os comunistas como ratos em suas tocas”, meu marido e eu estudávamos na Universidade de São Paulo-USP, pertencíamos ao Partido Comunista do Brasil-PCB e nossa filha era recém-nascida. Ao longo dos meses seguintes o horizonte se estreitou, as violências contra os estudantes se intensificaram, a faculdade na qual estudava foi invadida, meus colegas presos e espancados. Os militares se instalaram dentro na Universidade de São Paulo e iniciaram seu Inquérito Político-Militar para expulsar “os elementos subversivos”.

A grande imprensa aderiu imediatamente aos desmandos golpistas, especialmente a *Folha de S. Paulo*. O grupo Frias especializou-se na bajulação aos novos detentores do poder, colocando seus furgões à disposição da repressão militar. O cronista social José Tavares chegou a pusilanimidade de se auto-intitular “Zé corneteiro” e a tomar a elite militar e suas digníssimas famílias como personagens de sua conhecida coluna social. A violência, o moralismo, a subserviência e a intimidação constituíram a indelével marca do período.

A repressão da ditadura transformou-se rapidamente em terrorismo de Estado. A partir de 1969, uma poderosa rede ilegal encarregou-se do sequestro, tortura e morte de oponentes políticos. O horror legado pelos relatos e pelas fotos dos corpos torturados, dos olhos arregalados de pavor, das evidentes sevícias que atormentaram à exaustão centenas de opositores da ditadura militar, cristalizou a dimensão bárbara e imperdoável do terrorismo de Estado nos anos da ditadura militar. Deita raízes até hoje a dinâmica que resultou na polarização entre “torturados” e “torturadores”, uma vez que estes não só foram anistiados como ainda permanecem em postos de confiança, vide o caso do funcionário público “Calandra”, torturador do hoje Secretário de Direitos Humanos, o deputado Nilmário Miranda do PT-MG.

Sem deixar de lado essa importante dimensão, é necessário também nomear as forças “auxiliares” que, com seu apoio, complementaram o dispositivo repressivo. A pesquisa que realizamos nos documentos do Tortura Nunca Mais e os depoimentos de testemunhas revelam a presença de médicos legistas, membros da justiça militar, de civis sádicos que participavam das sessões de tortura, além dos importantes contribuintes da Operação Bandeirantes – OBAN: empresários e banqueiros, dentre os quais avulta Pery Igel, do grupo Ultra, e o banqueiro Gastão Vidigal, sem se falar do importante apoio da mídia.⁵

O depoimento da jornalista Rose Nogueira, presa em sua casa no dia 4 de outubro de 1969, com um bebe de 2 meses de idade, é o melhor exemplo do tipo da zelosa contribuição das empresas na perseguição aos ex-presos políticos:

Vinte e sete anos depois, descubro que fui punida não apenas pela polícia toda-poderosa daqueles tempos, que me absolveu depois de me deixar por nove meses na prisão, pela luta entre vida e antívida nesse período. A ordem não-escrita, na época, era não nos deixar trabalhar, não deixar sobreviver. Um dia após ser absolvida, em 71, voltei ao meu trabalho na Editora Pini. Todos os jornais cobriram o julgamento. Não me deixaram subir. O porteiro nem me permitiu entrar. Foi logo dizendo: “eles disseram que estavam correndo risco com a senhora aqui e nem sabiam porque a senhora é terrorista.” Demissão sumária. Esse foi só um caso. Ao buscar, agora, nos arquivos da *Folha de S. Paulo* a minha ficha funcional, descubro que, em 9 de dezembro de 1969, quando estava presa no DEOPS, incomunicável, “abandonei” meu emprego de repórter do jornal. Escrito à mão, no alto: ABANDONO. E uma observação oficial: “Dispensada de acordo com o artigo 482 – letra ‘T’ – da CLT – abandono de emprego”. (...) Como é que eu poderia abandonar o emprego, mesmo que quisesse? Todos sabiam que eu estava lá, a alguns quarteirões, no

⁵ O livro de Beatriz Kushnir constitui um dos mais lúcidos relatos sobre o papel da grande imprensa e dos jornalistas na deturpação das notícias sobre as perseguições e mortes políticas. *Cães de Aluguel* traz a público e a cumplicidade da grande imprensa na veiculação da versão oficial com relação às vítimas da repressão.

prédio vermelho da praça General Osório. Isso era – e continua sendo – ilegal em relação às leis trabalhistas e a qualquer outra lei, mesmo na ditadura dos decretos secretos. Além do mais, nesse período, caso estivesse trabalhando, eu estaria em licença-maternidade (FREIRE et alii, 1971, p. 151).

Os Exames necroscópicos e as Certidões de óbito trazem os nomes dos médicos legistas responsáveis. Estes nomes, por vezes, sofrem pequenas variações de um documento para outro. Os casos mais significativos são: Dr. Isaac Abramovitch/Abramovict/Abramovitch; Dr. João Pagenotto/Pagennoto; Dr. José Alves Assunção/Assumpção/de Assunção; Dr. Antônio Valentin/Valentini/Valentine. Com eles, torna-se possível analisar detalhadamente quais locais eram mais utilizados para práticas de torturas; os nomes dos principais torturadores; quais eram suas funções e suas patentes dentro do organograma do aparelho repressivo do Estado.

3 – Recuperação da memória: uma homenagem aos mortos e desaparecidos políticos

Desde então, uma série de trabalhos de pesquisa deu corpo ao longo processo de revisão histórica, de início empreendido por ex-militantes e famílias das vítimas, que vem se desdobrando de forma mais sistemática desde meados da década de 1980. O processo ao longo do qual estes fatos começaram a ser reconstituídos teve diversos marcos. Em 1985, sob a iniciativa da Arquidiocese, na figura de D. Paulo Evaristo Arns, e da Promotoria Pública de São Paulo, reunindo advogados defensores das vítimas e o Dr. Hélio Pereira Bicudo, foram finalizados os tomos e processos do projeto *Brasil: Nunca Mais*, hoje aos cuidados do Arquivo Edgard Leuenroth –

(AEL), situado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP⁶.

No ano de 1995, também sob a pressão de familiares e de grupos de direitos humanos, e com o apoio do Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, foi promulgada a Lei n. 9.140/95 criando a Comissão Especial de Desaparecidos Políticos, que ficou encarregada de analisar as evidências contidas nos dossiês apresentados pelas famílias, uma vez que as vias comuns da justiça não estavam habilitadas a apreciar processos resultantes de um regime de exceção. A princípio restrita aos chamados “desaparecidos”, a lei teve sua abrangência ampliada de forma a contemplar também os mortos cujos corpos

⁶ O projeto *Brasil: Nunca Mais* consistiu na compilação e cópia de todos os processos arquivados pelos Superiores Tribunais e Auditorias Militares, em que advogados ligados à defesa dos Direitos Humanos atuaram na defesa dos réus acusados de crime políticos, entre os anos de 1979 e 1984. Estes advogados, receosos de que as fontes pudessem desaparecer, fotocopiaram as peças processuais, de maneira evidentemente clandestina, conseguindo assim remontar depoimentos, organizações, motivos de prisão, laudos de corpo e delito e obituários, entre outros. O trabalho foi organizado em 12 tomos, versando sobre torturas, relação de mortos, explicação da pesquisa, relação dos agentes dos aparelhos de Estado etc. Os documentos originais foram ajuntados aos tomos e posteriormente distribuídos para várias instituições públicas, nacionais e internacionais. Em 1995, foi editado, pelo Governo do Estado de Pernambuco, o “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964”, de autoria conjunta da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e dos Grupos Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e de Pernambuco. O livro resultou do trabalho militante da Comissão dos Familiares que, durante anos, ajuntou provas esparsas, percorreu delegacias e, finalmente, descobriu no Instituto Médico Legal um fardo material que comprovou vários assassinatos e a ocultação dos corpos. Também foi decisiva a criação do grupo Tortura Nunca Mais, que até hoje denuncia personagens daquele passado que ainda permanecessem em atividade na esfera do Estado. O *site* do grupo (www.torturanuncamais.org.br), suas publicações e arquivos disponíveis são de grande valia a pesquisadores e interessados. A pressão exercida por grupos e movimentos em prol da verdade obteve, no final da década de 1990, uma vitória expressiva com a abertura, para visitação e consulta pública dos arquivos, dos DEOPS do Rio de Janeiro e de São Paulo.

foram devolvidos aos familiares. Para tanto foi criado um conceito novo, o de “dependências policiais e assemelhadas”, de forma a compreender as mortes em sítios clandestinos, execuções sumárias e emboscadas.

Em março de 1996, como forma de pressionar o Estado a acelerar a criação da Comissão Especial de Justiça, realizamos um amplo seminário na Unicamp, com a presença do secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., dos então deputados José Genoíno e Luiza Erundina e representantes de organismos internacionais de defesa dos Direitos Humanos, entre outros.

Nos últimos anos foram promulgadas novas leis de reparação, tanto em âmbito federal quanto estadual, que compreendem não apenas os casos de morte e desaparecimento, mas também as seqüelas de tortura. Em São Paulo a Lei 10.726, de 9.01.01, autorizou o Estado de São Paulo a efetuar o pagamento de indenização, a título reparatório, às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade ou guarda dos órgãos públicos do Estado de São Paulo ou em quaisquer de suas dependências.

O relatório de 20 meses de atividades (fevereiro de 2002 a setembro de 2003) da Comissão Especial que, presidida por Belisário dos Santos Jr., analisou mais de 100 casos e está levantando novas comprovações das arbitrariedades da ditadura militar. Nesse sentido, documentos obtidos na Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo revelam que, em 2 de abril de 1970, o Estado Maior do II Exército, em São Paulo, expediu documento confidencial para desencadear a “Operação Tarrafa”.

Os comandos subordinados deveriam identificar opositores do regime militar e prendê-los, de forma rápida e simultânea, “mesmo que aparentemente não houvesse motivos a determinar a prisão”. Outros nomes poderiam

ser acrescidos à lista, “de acordo com as conveniências próprias de cada executor”. As organizações identificadas no documento como co-participes na Operação Tarrafá (II Exército, 4ª Zona Aérea, Força Pública e DEOPS) eram sintomaticamente chamadas de “organizações coatoras”, em misto de atentado à língua pátria e de reconhecimento do constrangimento ilegal que se concretizaria.⁷

Em âmbito federal, os prejuízos causados à vida profissional também foram contemplados na reparação por demissões e tempo de exílio. Criada pela Medida Provisória n. 2.151 e instalada pelo Ministério da Justiça, no dia 28 de agosto de 2001, a Comissão da Paz está analisando os pedidos de indenização formulados pelas pessoas que foram impedidas de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política, de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988. Espera-se que cerca de 40 mil casos devam ser julgados.

⁷ O já mencionado convênio entre a Unicamp e a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, efetivado pela autora deste projeto, estabeleceu os parâmetros de uma estreita colaboração com os trabalhos da Comissão Especial, que avalia pedidos indenizatórios de ex-presos políticos torturados no Estado de São Paulo, durante o período da ditadura militar. De acordo com os termos do acordo, ficou estabelecido que a cooperação técnica e científica da UNICAMP seja efetivada por meio dos Projetos “Documentos e Memórias da Repressão Militar e Resistência Política: Brasil – 1964/1982” e “Brasil: Nunca Mais”, onde existem denúncias de tortura e maus tratos com nomes e circunstâncias detalhadas. Em contrapartida, a Secretaria da Justiça se comprometeu a subsidiar tecnicamente, por meio da Assessoria de Defesa da Cidadania, as ações e eventos de divulgação do disposto na Lei Estadual n. 10.726; bem como disponibilizar as informações pertinentes à execução do Termo de Cooperação no seu site na Internet e partilhar com a UNICAMP as informações sobre os trabalhos da Comissão Especial, criada pela Lei Estadual n. 10.726 de 2001.

4 – Os perseguidos pela ditadura militar através do dados do Brasil Nunca Mais – BNM

A repressão policial-militar pós golpe de 1964 iniciou-se pela prisão, perseguição e, em muitos casos, morte de dirigentes sindicais e de militantes comunistas. Chegaram à justiça militar cerca de 307 processos, a esmagadora maioria atingindo sindicalistas (vide especialmente os processos no Brasil Nunca Mais 259, 261, 262, 283 e 286). Os principais atingidos são os militantes sindicais e os militantes políticos (entre eles, militares). Temos aí os principais inimigos do novo regime.

Os dados fornecidos pelo “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos”, enumera 13 mortes políticas ocorridas no ano do golpe, entre as quais: Albertino José de Oliveira, presidente das Ligas Camponesa de Vitória de Santo Antão em Pernambuco, desapareceu após o golpe militar, Alfeu e A. Machado, coronel aviador, foi fuzilado em 4 de abril de 1964, Astrogildo Pascoal Vianna era dirigente do PCB e portuário de Manaus, foi torturado até a morte por agentes policiais no Rio de Janeiro, sendo que o *causa mortis* apontada foi “queda”. O mesmo destino teve Dilermano Mello de Nascimento (44 anos), preso que respondia a um Inquérito Policial Militar (IPM) presidido pelo Cel. Waldemar Turola, no prédio do Ministério da Justiça. A versão oficial justificava o fato como suicídio. No entanto, o laudo pericial concluiu que ele foi obrigado a saltar pois não havia elemento que comprovasse o suicídio. “Nem mesmo foram encontradas as marcas no parapeito da janela, de onde saltou a vítima o que não ocorre em casos de suicídio puro e simples” (Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, p. 45). Assim, as vítimas elencadas são os dirigentes sindicais e militantes políticos além de militares indesejáveis foram presos, mortos na tortura e/ou jogados na prisão.

5 – Do movimento estudantil à luta armada

A permanente perseguição aos militantes sindicais, às lideranças estudantis, aos intelectuais e aos ativistas da oposição em geral levou ao que se chamou de “refluxo do movimento de massa” nos anos seguintes ao golpe. Mas, em 1968, novas lideranças sindicais e a extrema politização do movimento estudantil tomaram as ruas, desafiando o regime. Marcelo Ridenti ao analisar a esquerda armada nos meios intelectuais comenta:

Foi notável a presença de estudantes nos grupos de esquerda em geral (24,5% dos 3.698 processados, com ocupação conhecida, por ligação com grupos de esquerda), e particularmente naqueles que pegaram em armas (30,7% dos 1.897 denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas típicas). Isso reflete a extraordinária mobilização estudantil, sobretudo nos entre 1966 e 1968 (p. 115).

Analisando a faixa etária dos acusados, o mesmo autor observa que cerca de 52% dos 2.645 tinham menos de 25 anos de idade quando processado, sendo que em algumas organizações a presença de jovens entre 19-21 era muito grande (como foi o caso da CORRENTE). Isso em contraposição à composição etária dos processados do PCB em 1964 (que, militares de carreira, políticos conhecidos e sindicalistas com longos anos de atuação, eram pessoas já “estabelecidas”, com família, etc). Esses números podem ser melhor compreendidos se nos reportamos ao contexto de tais prisões e nas características das principais vítimas. Mas a dimensão histórica da presença dos jovens e das mulheres entre as vítimas da ditadura militar, só fica clara em vista do conjunto de circunstâncias que produziu o encontro dos ideais da nova esquerda europeia com a politização da juventude universitária, por sua vez uma das dimensões da ampliação das classes médias no Brasil.

Do ponto de vista da história política do Brasil, trata-se da radicalização da classe média intelectualizada frente a um operariado

atrelado a um sindicalismo dócil, ao qual somou-se e a participação decisiva da juventude estudantil. Fenômeno esse que também se verificou no Uruguai e na Argentina. Por volta de 1968, o simples fato de alguém ser universitário já era considerado suspeito, especialmente se fosse aluno de ciências sociais, filosofia ou física. A grande maioria dos estudantes de esquerda secundaristas foi vítima das violências política dos militares porque politizara-se enormemente, chegando a constituir um fator de resistência à ditadura.

6 – A participação das mulheres

O elemento novo trazido pela militância feminina foi o fato das mulheres romperem também com o padrão da moça bem comportada, virgem, futura mãe de família. Encontrar pílulas anticoncepcionais na bolsa de alguém tinha o valor de “prova documental”, como é fácil recuperar pelas primeiras páginas dos jornais que mostravam os subversivos do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo–CRUSP. O pano de fundo da participação política das jovens estudantes reside na diversificação do capitalismo, na ampliação da presença feminina no mercado de trabalho e nas transformações dos valores e instituições. O acesso à instrução superior constituiu uma das vias preferenciais da emergência do ativismo político das jovens de classe média. Os limites da vida burguesa e acanhada foram alvos de sua revolta, mas a partir da experiência universitária as restrições impostas pela ditadura militar tornaram-se seu alvo privilegiado.

Esta é uma dimensão de “gênero” na questão do comportamento político e na relação com a própria experiência. O levantamento da literatura de testemunho revela um fato interessante: são raríssimos os livros escritos por mulheres, não obstante a significativa participação feminina na luta armada e as torturas, mortes e desaparecimentos de corpos. Muitas das

que sobreviveram à tortura e à prisão são jornalistas, professoras universitárias e intelectuais acostumadas a escrever. No entanto, quarenta anos após, poucos são os livros em que as mulheres são o sujeito do discurso.

O registro da experiência das mulheres deverá ser procurado, assim, nos inúmeros livros construídos a partir de depoimentos ou de reconstrução histórica. O primeiro deles foi organizado por quatro mulheres muito próximas ao tema do exílio, dentre as quais Albertina de Oliveira Costa, presa e torturada pela equipe do famigerado delegado Fleury. O livro *Memória (das Mulheres) do Exílio* foi editado em 1980. Outro livro pioneiro foi o *Iara: Reportagem Biográfica* (1992), de Judith Patarra. Nesse caso, a autora busca recuperar a biografia da jovem psicóloga Iara Iavelberg, companheira de Carlos Lamarca, morta ao ser presa na Bahia.

Jovem, aluna da USP e personagem da rua Maria Antonia, Iara simboliza a mistura de romantismo, idealismo e inexperiência destes rapazes e moças que fizeram a opção radical da luta armada. Iara também foi homenageada pela professora de literatura da USP, Valnice Galvão (1979, p. 19-31), numa das primeiras homenagens públicas às guerrilheiras, que lhe dedicou o texto “Frequênciação da Donzela-Guerreira”.

7 – Caracterização das mulheres atingidas pela repressão político-militar

A transgressão feminina era maior porque ser mulher e criminosa constituiu uma dupla transgressão. A mulher que extrapolou seu universo doméstico e feminino para “agir como homem” recebe uma estigmatização adicional por desafiar o “código de gênero de sua época”, tal como sucedeu com as mulheres que

participaram da resistência armada. Em *Tiradentes, um presídio da ditadura*, a ex-presa política Dulce Maia relata o seguinte:

Tendo sido a primeira mulher sequestrada com envolvimento direto em ações de luta armada, era-me concedido um tratamento duplamente “especial”. O primeiro, aquele mesmo tratamento que dispensavam a meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e intolerância do regime ilegítimo dos militares. O segundo, pela minha condição de mulher, atrevimento duplo (FREIRE, 1997, p. 77).

A partir dos dados coletados pelo Projeto Brasil Nunca Mais comprova-se a juventude dos principais presos, principalmente das mulheres. Quase 90 das acusadas de São Paulo tinham entre 20-29 anos, muitas eram estudantes de graduação ou pós-graduação, muitas da USP.

A cronologia das mortes também é ilustrativa das diferenças de gênero no que concerne à participação política da mulher: de 1964 a 1968 todos os mortos políticos são do sexo masculino, a primeira vítima mulher é uma jovem morta numa passeata, em 1968. A partir daí o movimento estudantil transformou-se em militância política, com a opção pela via armada aumentaram as prisões e os assassinatos. Foram 11 os mortos em 1968; 18 em 1969 (entre eles, Carlos Marighella ex-dirigente do PCB e líder da Ação Libertadora Nacional – ALN). Em 1970, 22 militantes morrem, todos ligados à luta armada. Mas foi em 1971, com a intensificação da repressão e da política de extermínio dos grupos armados, que o número de mortos subiu para 34, entre os quais Iara Iavelberg, 27 anos, psicóloga e professora universitária (que militava no MR-8, mas tinha pertencido anteriormente à VPR) e Mariele Villas-Boas Pinto, 22 anos, estudante de Psicologia e militante da ALN. Presa ferida, foi torturada até a morte no DOI/CODI/RJ.

As duras condições da clandestinidade e o grande número de prisões fizeram com que as lideranças revolucionárias fossem cada vez mais jovens. Assim, Alex de Paula Xavier Pereira, chefe

do Grupo Tático-Armado da ALN foi fuzilado por policiais aos 21 anos, em janeiro de 1972. Seu irmão Iuri, dirigente da ALN, foi emboscado e morto aos 23 anos de idade, em agosto do mesmo ano. Em 1972 o registro das mortes alcança 38 casos. No ano seguinte evidencia-se o desfecho da resistência armada com 28 casos arrolados pelo Dossiê dos Mortos e Desaparecidos no Brasil. Todos militantes das organizações revolucionárias. As vítimas do sexo feminino foram: Anátalia de Souza Alves Melo, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi presa em Pernambuco, torturada e morta aos 28 anos de idade; Pauline Philipe Reichstul, 26 anos de idade, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) também morreu em Pernambuco, sob tortura, nas mãos da equipe do facínora e delegado Sérgio Paranhos Fleury. Juntamente com Pauline Reichstul foram assassinados mais 5 militantes, todos denunciados pelo agente infiltrado conhecido como “cabo Anselmo”.

Finalmente, o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos no Brasil aponta cerca de 140 nomes de militantes políticos que foram “desaparecidos”, entre os quais 13 mulheres. Muitas militavam no Partido Comunista do Brasil (Pcdob) e foram mortas na Guerrilha do Araguaia, como Dinaelza Soares Santana Coqueiro, 25 anos de idade; Dinalva Oliveira Teixeira, 29 anos, Luiza Augusta Garllippe, 33 anos, Maria Célia Corrêa, 29 anos e sua cunhada Telma Regina Cordeiro Correa, 27 anos; Jane Moroni Barroso, 26 anos; Maria Lucia Petit da Silva, 22 anos e Walkíria Afonso Costa, 27 anos. Outras pertenciam ao Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e foram mortas em Goiás, como Maria Augusta Thomaz, 26 anos de idade. Outras eram ex-estudantes da USP, como a atriz Heleni Telles Ferreira Guariba, assassinada na “Casa da Morte” que a repressão mantinha em Petrópolis, em julho de 1971.

8 – Sobreviventes: A experiência do exílio

Após o golpe de 1964, o exílio passou a ser uma realidade para muitos dos perseguidos pela ditadura militar. Lideranças políticas e sindicais asilaram-se, com alguma frequência, em países do Cone Sul. Tomamos o Chile como caso exemplar por uma série de motivos: foi uma das opções dos intelectuais, por sua relativa tradição democrática e pela presença de uma série de organismos e instituições como a CEPAL e a FLACSO. A partir de 1969, também foi o refúgio de remanescentes de grupos armados e de pessoas cujas atividades estavam sob a mira da repressão político-militar, como jornalistas, estudantes e professores universitários. O fluxo em direção ao Chile cresceu com a eleição de Salvador Allende e a perspectiva de um governo popular num país tão próximo ao Brasil.

Depois do golpe de Estado no Chile, os exilados e perseguidos políticos latino-americanos ficaram sem refúgio no continente e deslocaram-se para a Europa. A França acolheu, a partir de 1973, não somente os asilados brasileiros como também chilenos, argentinos e bolivianos. Esta experiência européia foi sobretudo importante entre as exiladas, que entraram em contato estreito com o movimento de mulheres e feminista franceses, que nos anos 70 estavam no seu auge político. A importância do exílio europeu, na formação do feminismo latino-americano, é um tema presente nos relatos e testemunhos de exiladas chilenas, brasileiras e argentinas.

Existe hoje uma volumosa bibliografia latino-americana sobre o tema da memória e do exílio, especialmente no Chile e Argentina, o que permite observar alguns temas recorrentes, como a constante referência ao país natal nas atividades e no dia-a-dia dos exilados e asilados. A “terra”, como o Brasil era conhecido no código dos militantes que passaram por Cuba (que, por sua vez, era a “ilha” que deu nome ao *bestseller* de Fernando Morais) era a meta, a referência, a falta. Ao mesmo tempo, o exílio foi também uma fonte de novas

experiências e vivências. Os asilados na Suécia, como foi o caso de Fernando Gabeira, conheceram de perto uma democracia de bem-estar social e maior igualdade entre os sexos.

O exílio afetou diferentemente aos fugitivos, segundo sua classe social e grau de responsabilidade familiar. A sangrenta derrubada do governo Allende provocou um êxito mais dramático, pois o Chile representava a única opção da esquerda latino-americana, depois do fracasso da luta armada e da escala da Guerra Fria. Alguns países foram mais generosos, como o caso da França e, com o tempo, Paris e suas cercanias passaram a ser o centro mais ativo do militantismo dos exilados. Por isso não é de se estranhar a importância do feminismo francês na formação das brasileiras, especialmente com a constituição do Circulo de Mulheres composto por exiladas e estudantes brasileiras no Exterior. Ademais, a experiência do exílio significou inicialmente um estranhamento com respeito ao país de abrigo. Para os banidos e os exilados com condenação no país, a única e remota perspectiva de retorno seria uma anistia. E foi em torno dela que os exilados se organizaram com apoio internacional, ao mesmo tempo em que eram impelidos a integrar-se à vida cotidiana nos países de exílio.

Boa parte dos exilados percorreu Cuba, Chile e algum país da Europa, o que propiciou uma rica experiência. O impacto dessa experiência foi especialmente forte entre as mulheres que, no encontro com o feminismo europeu, passaram a refletir sobre sua própria situação. A dimensão subjetiva foi finalmente reconhecida e fez sua – ainda tímida – entrada no rol das questões políticas.

9 – Dá para concluir?

A luta armada nos levou a um beco sem saída. A maior parte da esquerda armada entendeu isso bem depressa, mas não o suficiente para escapar ao aniquilamento. Nesse sentido, vale a auto-crítica da guerillheira argentina Marta Diana:

Nosotros creímos en un desarrollo progresivo de la conciencia popular que nos llevaría hacia el socialismo, y pensamos que la dictadura militar iba acelerar ese desarrollo.

¿Por qué no lo logramos?

Pienso que el sentirnos dueños de la verdad nos produjo una sensación de omnipotencia, y fue tan ilusorio pensar que podíamos resolver el problema de los demás como creer que sabíamos cual sería la respuesta de ellos.

Si hubiéramos sido capaces en aquel momento de integrarnos a un gran movimiento político, no violento, seguramente habríamos tenido una respuesta mucho mayor, pero el sectarismo y haber pretendido aplicar dogmáticamente otras experiencias a nuestro país nos perdió (1996, p. 141).

Por outro lado, a convicção de que tínhamos de encontrar caminhos não violentos unificou o feminismo brasileiro e as demais forças da oposição nas lutas pelas liberdades democráticas, a partir de meados dos anos 70. Nesse sentido, como bem observa Rosalina Cruz:

São as feministas juntamente com os setores organizados e progressistas que trouxeram, por meio dos jornais, as questões das mulheres para a cena pública, fortalecendo as ações políticas sem traços macro-sociais, como a luta pela anistia, pelo restabelecimento do estado de direito, posicionamento nas eleições etc, de um lado, e, de outro, apoiando as mulheres das camadas populares, para que trouxessem para a cena política as questões sociais e econômicas do seu cotidiano, melhoria na qualidade de vida dos bairros populares, dupla jornada, discriminações no trabalho etc. O trabalho dos grupos feministas voltados basicamente para a formação política das mulheres, do ponto de vista feminista, buscava uma

transformação não só social e econômica da sociedade, mas de valores culturais.⁸

A auto-crítica da luta armada e a reorganização das esquerdas nas décadas seguintes confirmou a vocação política da maior parte daqueles que foram jovens radicais e sobreviveram aos anos de chumbo. Para muitos, a adesão à luta armada foi drástica e irreversível mas, para outros, o destino abriu novas possibilidades e horizontes. Fica a afirmação de projetos de vida que eram de participação, de criação de um mundo novo. Nesse sentido, faço minhas as considerações de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes:

No Brasil dos anos 60, o militante é alguém que se consolidou como sujeito de seu desejo, isto é, alguém que decidiu apostar no que achou que valia a pena. Não sabia, contudo qual era a pena nem supôs o quanto valia sua aposta. Juntou suas energias, na alvorada da vida adulta, e, instigado pelos ideais externos de liberdade, de autonomia política e de independência nacional, aliados aos ideais internos de compromisso com o novo e com o pleno, se pôs ombro a ombro com os que, como ele, faziam o mesmo. (...) Foi assim que, pela vida psíquica, as necessidades do novo, do revolucionário, do radical e do risco permanente encontraram fértil acolhida no militante que apostou na vida a serviço de uma idéia, a serviço de um projeto que não fosse individual e que servisse a muitos e à seu país.

⁸ Cruz, Rosalinda. da PUC/SP. Título da tese: “A Imprensa Alternativa Feminina no Pós-Luta Armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres”. 31 de maio de 2004.

Bibliografia

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *A subversão do eu*. Disponível em: <www.estadosgerais.org/historia/subversao.ahtml>.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher na ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 157.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres—militância e memória*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FREDERICO, Celso. A presença de Lúkács na política cultural do PCB e na Universidade. MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil*. Vol. II. Os influxos teóricos. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p. 188.

FREIRE, A. Almada, I. Ponce J. A. de G. (org.) *Tiradentes, um presídio da ditadura*. Memória de presos políticos. São Paulo. Scipione Cultural, 1997, p. 99.

GALVÃO, Valnice Frequentação da Donzela-Guerreira. In: *Almanaque*. 10 São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 19-31.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. In: *Cadernos Pagu* (8/9) Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, 1997.

NESTROVISKY, Arthur e SILVA, Marcio. *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 1999.

PATARRA, Judith. *Iara*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1993.

SADER, Eder. (1988) *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Anexos**1. Mortes – Mulheres**

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Alceri Maria da Silva	180	02	São Paulo	Comerciária	27 anos	1970

Exame Necroscópico

“Examinamos e necropsiamos hoje, no Necrotério do Instituto Médico Legal do Estado, um corpo que nos foi apontado como sendo de Alceri Maria Gomes da Silva, feminina, branca, vinte e sete anos, brasileira, natural de Porto Alegre – RGS, comerciária, filha de Oscar da Silva e Odila Gomes da Silva, que residia na rua Caraguataí, centro e trinta e quatro – Tatuapé (...) Conclusão: Do observado e exposto, concluímos que a examinada sofreu quatro disparos de uma arma de fogo. Os projéteis lesaram órgãos vitais, como os pulmões e a aorta, determinando abundante hemorragia interna e externa com anemia aguda e conseqüente morte (...)”

Médicos Legistas: Dr. João Pagenotto e Dr. Paulo Augusto de Q. Rocha

Data do Laudo: 18 de maio de 1970

Órgão: IML – SP”

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Ana Maria Nacinovic	168	07	SP-CODI	Estudante	25 anos	1972

Exame Necroscópico

“(…) Examinamos e necropsiamos às vinte horas e vinte minutos de hoje, no Instituto Médico Legal, um cadáver que nos foi apontado como sendo o de Ana Maria Nacinovic, sexo feminino, branca, vinte e cinco anos, casada, brasileira, filha de Mário H. Nacinovic e de Anadyr de C. Nacinovic, residência ignorada. Histórico: atingida por disparos de arma-de-fogo ao travar tiroteio com os órgãos de Segurança, na rua da Móoca, altura do número três mil (...) Discussão e Conclusão: concluímos que a examinada faleceu em virtude de lesões traumáticas crânio-encefálicas (...)”

Médicos Legistas: Drs. Isaac Abramovite e Abeylard de Q. Orsini

Local de óbito: Rua da Móoca, altura do n. 3000 – S. Paulo

Data do óbito: 14 de junho de 1972

Local de exame: IML – SP

Data do exame: 20 de junho, 1972

Certidão de óbito – Local: SP – BNM: 653

Causa Mortis: Lesões traumáticas crânio encefálicas

Sepultamento: Cemitério Guanabara

Médico Legista: Isaac Abramovite

Local do óbito: Rua da Móoca, altura do n. 3000

Data do óbito: 14 de junho de 1972

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Aurora Maria Nascimento Furtado	651	21	Rio de Janeiro	Doméstica	26 anos	1972

Certidão de óbito

Causa mortis: dilaceração cerebral

Sepultamento: Cemitério do Estado de S. Paulo

Médico Legista: Dr. Elias Freitas

Data do falecimento: 10 de novembro de 1972

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão	68	49	SP-CODI	Estudante	21 anos	1972

Exame necroscópico

“(…) Examinamos e necropsiamos hoje, às dezoito horas, no necrotério do Instituto Médico Legal, um corpo que nos foi apontado como sendo de Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, sexo feminino, branca, vinte e um anos de idade, casada, brasileira, natural de Alagoas, estudante, filha de João de Castro Beltrão e Zoráide de Carvalho, residência ignorada. HISTÓRICO: segundo consta, trata-se de elemento terrorista que faleceu ao travar tiroteio com os órgãos da Segurança, por volta das onze horas de hoje, na esquina da Rua Inglês de Souza e Coronel Diogo (…). CONCLUSÃO: concluímos que a examinada faleceu em virtude de anemia aguda traumática (…).”

Médicos-legistas: Drs. Isaac Abramovite e Walter Sayeg

Local do exame: IML – SP

Data do exame: 22 de janeiro de 1972

Certidão de óbito

Causa Mortis: anemia aguda traumática

Sepultamento: Cemitério de Perus

Médico-Legista: Dr. Isaac Abramovite

Local do óbito: Rua Heitor Peixoto com R. Inglês de Souza

Data do óbito: 22 de janeiro de 1972

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Helenira Rezende de Souza Nazaré	43	56	Não consta	Ex-dirigente da UNE	Não consta	Não consta

Morte: Declarações de Elza de Lima Monnerat

“(…) Helenira Resende de Souza Nazaré, ex-dirigente da UNE que, ao ser atacada por dois soldados, matou um deles e feriu o outro. Metralharam-na nas pernas e a torturaram barbaramente, até a morte (…)”

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Iara Iavalberg	42	59	Bahia	Estudante	27 anos	1971

Atestado de óbito

Local do óbito: Quando transportada para o Hospital Getúlio Vargas – Salvador – BA.

Causa imediata: anemia aguda

Devido a: hemorragias interna e externa

Causa principal: Transfixação do coração e pulmão esquerdo por projétil de arma de fogo

Causa da enfermidade: morte violenta (suicídio?) (...)

Data do falecimento: 20 de agosto de 1971

Local de sepultamento: S. Paulo

Médico legista: Dr. Charles Pittex

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Ísis Dias de Oliveira	-	60	-	-	-	-

A folha referente a ela está em branco no tomo V volume 4 do Brasil: Nunca Mais. A página do grupo Tortura Nunca Mais sugere a consulta ao DOPS/PB – Prontuário de Ísis Dias de Oliveira.

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Lígia Maria Salgado da Nóbrega	673	87	Rio de Janeiro	Estudante	24 anos	1972

Certidão de óbito

Causa mortis: ferida penetrante no crânio com hemorragia das meninges e destruição (ileg.) tórax

Sepultamento: Cemitério São Paulo

Médico legista: Dr. Eduardo Bruno

Local do falecimento: Av. Suburbana, 8985, casa 72

Data de falecimento: 29 de março, 1972

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Maria Auxiliadora Lara Barcelos	63	106	Berlim	Não consta	31 anos	Não consta

Telegrama

“(…) Atenção termos telegrama NR DCN/544 VG informo VSA que a acusada Maria Auxiliadora Lara Barcelos VC Ex BANIDA VG, segundo matéria publicada no caderno especial da edição de 14 de janeiro 79 VG sob o título “Os Banidos estão chegando” do Jornal do Brasil VG faleceu em Berlim a primeiro de junho de 1976 VG vítima de atropelamento ferroviário (ileg.) Dr. Joseh de Holanda Carneiro Juiz Auditor Substituto em exercício pleno Audmil 4A. CJM PT (…).”

Certidão de óbito()*

Local do óbito: Berlim – Charlottemburg

Data do óbito: 01.06.1976

Data e local da tradução: Juiz de Fora – MG – Brasil

(*) Esta certidão de óbito foi traduzida para o português tendo como Perito tradutor: Prof. João Pinto de Rezende.”

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Maria Petit da Silva	224	107	-	Não consta	Não consta	1976

Morte: Declarações de Elza de Lima Monnerat

“(…) Maria Lúcia Petit da Silva, abatida ao se aproximar de uma casa de camponeses; (…).”

Segundo o Grupo Tortura Nunca Mais, Maria Lúcia Petit da Silva era militante do PCdoB e morreu na Guerrilha do Araguaia em 1972, ao se aproximar da casa de um camponês, fuzilada pelas tropas do exército chefiadas pelo General Antônio Bandeira, da 3ª. Brigada de Infantaria. Suas ossadas ainda não foram identificadas.

2 – Denúncias de torturas: identificação do torturador

Para os Declarantes, tem-se que:

Contagem de Nome verdadeiro / encontrado		Contagem de Função	
Nome verdadeiro/encontrado	Total	Função	Total
Aílton Joaquim	1	1º Tenente	1
Ary Pereira Carvalho		Capitão	2
Atílio Rossoni	1	Capitão	2
Azanbuja	1	Capitão	5
Benoni de Arruda Albernaz	2	Capitão da cavalaria do EB	1
Benoni de Arruda Albernaz	1	Cabo	1
Benoni de Arruda Albernaz		Capitão/Membro do Conselho de Justiça	1
Carlos Mendonça	1	Não Consta	22
Celso Lauria	1	Capitão da Infantaria	1
Confúcio	1	Capitão da Infantaria/ 4º Regimento/ 2º Exército	1
Dalmo Luiz Cirillo	1	Capitão	4
Édson Antônio Mendonça	1	Capitão do campo de instrução de Gericinó	1
Francisco Antônio Coutinho e Silva	1	Capitão da PM	1
Gaeta	1	Delegado	2
Hilton Paulo Cunha Portela– Vulgo Dr. Joaquim	1	Coronel	1
Homero César Machado	1	Investigador do DOPS	1

Tabela 11a: Continuação da tabela anterior

Homero César Machado		Tenente coronel	1
João Luiz de Souza Fernandes	1	Não Consta	18
Maurício Lopes Lima	2	Delegado	2
Maurício Lopes Lima	1	Tenente	1
Não Consta	12	Juiz auditor	1
Não Consta	18	Tenente coronel	1
Não consta	20	Não Consta	18
Não consta	21	Não Consta	
Nélson da Silva Machado Guimarães	1	Não Consta	11
Paulo Bordini	1	Sargento	1
Paulo Roberto de Andrade	2	Sargento da PM	2
Raul Ferreira ou Raul Nogueira (vulgo “careca”)	1	Sargento	1
Sérgio Fernando Paranhos Fleury	1	(em branco)	
Sérgio Paranhos Fleury	1	(em branco)	
Thomaz	1	(em branco)	1
Waldir Coelho	1	(em branco)	1
Total Global	104	Total Global	104

Tabela 11b Continuação da tabela anterior

Contagem de Local 1		Contagem de Local 2	
Local 1	Total	Local 2	Total
MG-PM-G2	1	Não Consta	22
Não consta	7	RJ-PE-DEOPS	1
RJ	2	SP - Codi	1
SP	1	SP-Oban	1
SP-Codi	1	Uruguai	1
SP-Deops-Oban	1	(em branco)	
SP-DOI-	1	Total Global	26
SP-DOPS	4		
SP-Oban	4		
SP-Oban	1		
SP-Oban-Deops	1		